



**PRIMEIRO
MINISTRO**

**ALOCUÇÃO DE SUA EXCELÊNCIA O PRIMEIRO-MINISTRO DA REPÚBLICA
DEMOCRÁTICA DE TIMOR-LESTE,
DR. RUI MARIA DE ARAÚJO,
POR OCASIÃO DA SESSÃO DE ABERTURA DO 10.º ANIVERSÁRIO DAS
JORNADAS EUROPEIAS DO DESENVOLVIMENTO**

**“A prática da paz e o apoio ao povo para conseguir prosperidade em Timor-
Leste”**

**Bruxelas
15 de junho de 2016**



Palácio do Governo,
Avenida Presidente Nicolau Lobato,
Dili, Timor-Leste

Sua Excelência, Vice-Presidente da Comissão Europeia, Sra. Mogherini

Suas Excelências, Chefes de Estado e de Governo

Sua Excelência, Presidente do Banco Mundial

Distintos convidados

Senhoras e senhores

É uma honra ter a oportunidade de usar da palavra nas Jornadas Europeias do Desenvolvimento no décimo aniversário deste prestigiado fórum. Em nome do meu Governo, quero começar por expressar a minha gratidão pela parceria duradoura com a União Europeia em muitos projetos ao longo dos anos, que beneficiaram muito o povo de Timor-Leste.

Refletindo na contribuição que Timor-Leste pode fazer nesta reunião distinta de peritos de todo o mundo, estou ciente de que somos um país pequeno, com pouco mais de um milhão de habitantes, e que a nossa experiência enquanto povo e enquanto nação pode não ser tão relevante para os desafios gigantescos que a humanidade enfrenta e para os caminhos árduos rumo à prosperidade.

Começo pela prática da paz, uma vez que a paz é uma condição prévia para o desenvolvimento e a prosperidade.

Timor-Leste emergiu de 5 séculos de ocupação estrangeira, tornando-se um dos Estados mais recentes do mundo e sendo classificado como “frágil” e como “país menos desenvolvido”. Todavia o povo de Timor-Leste tem uma história longa e preenchida no seu percurso rumo à paz. Enquanto aprendemos a praticar a paz, a nossa nação vai-se tornando cada vez mais experiente, sábia e expedita. A nossa história pode ser útil para gerar aprendizagem sobre a *prática* da construção da paz.

Durante os nossos 500 anos como colónia portuguesa, o nosso povo procurou ao longo dos séculos pôr fim ao domínio colonial. Timor-Leste resistiu igualmente ao período de ocupação japonesa durante a Segunda Guerra Mundial. Posteriormente, a revolução portuguesa de 1974 veio abanar o *status quo*. O direito à autodeterminação foi concedido às colónias portuguesas e imediatamente agarrámos a oportunidade para declarar unilateralmente a nossa independência.

Nove dias após esta declaração a Indonésia, o nosso maior vizinho, invadiu e assumiu ostensivamente o controlo do nosso país.

Durante 24 anos o povo de Timor-Leste travou uma guerra sem apoio militar externo. Cerca de um terço da nossa população pereceu durante a ocupação, vitimado pela violência, pela fome e pela doença.

Todavia, em 1999 o nosso povo teve a oportunidade de votar num referendo sobre a independência, supervisionado pelas Nações Unidas.

Apesar de ameaças violências e aliciamentos, o povo votou de forma esmagadora pela independência. Ainda que este devesse ter sido o passo final na confirmação da nossa identidade enquanto Estado, tal não veio a acontecer. Ao invés gerou-se uma terrível onda de violência perpetrada por milícias que arrasou o nosso país.

Desta vez, contudo, a comunidade internacional estava atenta. As Nações Unidas intervieram e supervisionaram uma transição para a paz e a soberania que se tornou realidade com a restauração da nossa independência em maio de 2002.

Os desafios na nossa prática de paz não terminaram com a nossa independência em 2002. Tivemos de praticar a reconciliação e o perdão com os nossos antigos inimigos, uma vez que este era um fator essencial para a paz. Por exemplo, o nosso primeiro Presidente da República, Sua Excelência Xanana Gusmão, na sua primeira visita de Estado após a independência deslocou-se à Indonésia para depositar uma coroa de flores a honrar os soldados indonésios que tombaram na luta pela independência da própria Indonésia. Este gesto de reconciliação foi determinante após um passado recente de trauma e de tensões. Hoje, cada vez mais, Timor-Leste e a Indonésia são reconhecidos como modelos de paz e reconciliação entre partes em conflito.

Senhoras e senhores,

Ao longo da última década o nosso país aprendeu outras lições difíceis no processo de construção da paz. Após restaurarmos por fim a independência queríamos levar a prosperidade ao nosso povo. Tal como muitos na comunidade de desenvolvimento tínhamos fé na democracia e no mercado livre, pelo que organizámos eleições pluripartidárias e adotámos uma economia de mercado livre. Todavia estas instituições sofisticadas foram implementadas num cenário 'pós-conflito' em que historicamente não tinha havido oportunidades para uma participação civil consciente e madura. Sem surpresas, a instabilidade política culminou numa crise em 2006. Houve confrontos violentos entre a polícia e o exército, levando milhares de pessoas a abandonar os seus lares. Alguns elementos da comunidade internacional recearam que a 'experiência de Timor-Leste' tivesse falhado.

Não obstante isto, os nossos líderes lembraram-se de como nos tínhamos reconciliado com os nossos rivais externos e decidiram trazer a paz para os nossos relacionamentos internos. Percebemos que era necessário praticarmos a resolução de conflitos em cada uma das nossas interações diárias. Necessitávamos de mais exemplos de partilha e de respeito mútuo nas nossas lideranças e em cada um das nossas decisões. Deste modo começámos a sarar velhas rivalidades políticas, a trabalhar juntos para responder às causas subjacentes do nosso conflito e a ajustarmo-nos aos valores universais da democracia (incluindo no que se refere a evitar políticas parlamentares tradicionalmente divisórias, agressivas e bipartidárias), ao mesmo tempo que procurávamos formas de maximizar os escassos talentos políticos e técnicos do país.

Durante os nossos 14 anos de independência aprendemos também que só é possível manter a paz se nela procurarmos o desenvolvimento. Sem resultados concretos a nível de desenvolvimento socioeconómico a nação pode recair na violência. Timor-Leste teve a sorte de poder contar com o apoio generoso de tantos amigos espalhados pelo mundo e de ser um país abençoado pela presença de alguns recursos naturais. Desde o início que os nossos líderes tiveram consciência de que não haveria qualquer desenvolvimento sem um roteiro. Assim sendo estabelecemos em 2002 a Visão 2020 e o Plano de Desenvolvimento Nacional para Timor-Leste, o qual foi harmonizado com os Objetivos de Desenvolvimento do Milénio. Mais recentemente adotámos o Plano Estratégico de Desenvolvimento 2011-2030, o qual, em conjunto com planos estratégicos setoriais, se tornou o guia para a mobilização de recursos e o foco do desenvolvimento socioeconómico do nosso país. Estes planos estão agora a ser alinhados com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável através de um processo de consulta com diversos intervenientes, estando os ODS a ser integrados no nosso exercício anual de planeamento e orçamentação para 2017.

À semelhança de muitos outros países no mundo, Timor-Leste ficou para trás em relação à concretização dos alvos dos ODMs. Todavia, em 14 anos de independência conseguimos obter resultados substanciais em termos de matrículas no ensino, mortalidade a nível de bebés e de crianças, e combate a algumas doenças transmissíveis tais como a tuberculose e a malária. Para além disto:

- O nosso primeiro Governo estabeleceu o Fundo Petrolífero em 2005, com objetivos de investimento transparentes para benefício das gerações atuais e futuras. Atualmente o fundo detém mais de 16 mil milhões de dólares. Este dinheiro será investido de forma sustentável no desenvolvimento socioeconómico de Timor-Leste.
- A nossa economia registou uma taxa média de crescimento anual de 12,5% entre 2007 e 2011, e de 7% ao longo dos últimos três anos.
- Providenciámos apoio básico a nível de rendimentos para os combatentes da libertação nacional e para os nossos cidadãos mais vulneráveis, tais como mães, viúvas, idosos, deficientes e crianças.
- Estamos a implementar um plano integrado para o desenvolvimento de infraestruturas básicas que irão possibilitar o desenvolvimento de todos os setores.
- Descentralizámos o processo governamental e estabelecemos municípios para desenvolver, envolver e mobilizar líderes comunitários.
- Dedicámos energia e esforço a estabelecer laços de amizade com praticamente todos os países do mundo, incluindo através dos *fora* internacionais como este e de organizações regionais como sejam a Comunidade de Países de Língua Portuguesa, a ASEAN, o g7+ e outros fóruns multilaterais.
- Por fim, contribuímos com os nossos poucos recursos financeiros e com a nossa experiência técnica limitada para ajudar outros países frágeis a reerguerem-se.

Temos um plano ambicioso para o desenvolvimento futuro de Timor-Leste que está alinhado com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas.

Para podermos concretizar estes planos precisamos de acesso a recursos – os nossos próprios recursos –, a receitas que possamos dedicar ao desenvolvimento sustentável em

prol do nosso povo e a recursos suplementares provenientes de instituições de desenvolvimento, instituições filantrópicas e instituições do setor privado.

Como parte dos esforços para mobilizar os recursos domésticos com vista à implementação do Plano Estratégico de Desenvolvimento 2011-2030 e dos ODS, passámos a estar cada vez mais conscientes do facto de que não podemos depender para sempre dos parceiros de desenvolvimento ou das nossas reservas de petróleo e de gás. Como tal, encetámos no ano transato uma série de reformas, nomeadamente reformas fiscais, económicas, de administração pública e legislativas, com vista a diversificar a nossa economia por via da atração de mais investimento privado nacional e estrangeiro.

Não obstante isto, reconhecemos que não é fácil atrair investimento do setor privado para Estados pós-conflito e frágeis, devido aos riscos associados com instabilidade política e governativa. Acredito que todos os ilustres dignitários e peritos aqui presentes são sensíveis a estes desafios enfrentados não só por Timor-Leste como também por muitos outros países espalhados pelo mundo. A iniciativa contemporânea sobre “*Blended finance*” pode ser um remédio promissor para esta situação, pelo que Timor-Leste espera aprender mais sobre isto e fazer parte de discussões sobre esta modalidade de mobilização de recursos.

Em resumo, senhoras e senhores, falando da experiência de Timor-Leste permitam-me que destaque o seguinte: (a) Em primeiro lugar, a paz e a prosperidade dependem uma da outra, com o “desenvolvimento” a ser a cola que as une. Sem paz não há desenvolvimento e sem desenvolvimento não haverá prosperidade. O inverso também se aplica. (b) Em segundo lugar, as hipóteses de haver desenvolvimento são reforçadas quando existe um roteiro claro. Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU, os Planos de Desenvolvimento Nacional, os Planos Setoriais e os Planos de Ação Anual são instrumentos necessários para orientar os esforços de todos os intervenientes, incluindo parceiros de desenvolvimento. (c) Por fim, as nações não podem depender eternamente dos recursos dos parceiros de desenvolvimento e de recursos não renováveis como sejam o petróleo e o gás. As autoridades nacionais devem cada vez mais desenvolver esforços para mobilizar recursos domésticos que permitam atrair recursos adicionais a partir de instituições de desenvolvimento e instituições filantrópicas, bem como investimento privado. Porém, para que tal aconteça a paz e a estabilidade política e governativa são ingredientes insubstituíveis.

Obrigado.

15 de junho de 2016
Dr. Rui Maria de Araújo